

**DIFERENCIAÇÃO INSTITUCIONAL
NO ENSINO SUPERIOR
BRASILEIRO E DIMENSÕES DA
DESIGUALDADE**

Autor: **Maria Ligia de Oliveira
Barbosa**

ORCID: 0000-0002-7922-8643

Filiação: UFRJ

mligiabarbosa@gmail.com

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar dois casos empíricos para evidenciar os diferentes sentidos e possíveis impactos do modelo institucional vigente no sistema de ensino superior (SES) brasileiro. Focaliza-se a permanência das clivagens sociais dentro do Sistema de Ensino Superior, através da diversificação institucional. Verifica-se a construção de hierarquias acadêmicas e sociais dentro do processo de expansão diversificada do SES brasileiro. Para isso, são analisados impactos dos perfis ou tipos institucionais (diferenciação qualitativa das instituições) e perfis dos cursos (aqueles que dão acesso às profissões ditas imperiais) nas trajetórias dos estudantes e egressos e na manutenção das desigualdades. São estudados a transição dos egressos do Ensino Superior para o mercado de trabalho, considerando os efeitos moderadores ou acentuadores do modelo institucional sobre as vantagens da origem social, e os indícios encontrados nos cursos de engenharia sobre as estratégias de fechamento das profissões imperiais. Busca-se entender o quanto a expansão do ensino superior brasileiro alargou suas portas de entrada e o quanto ele se organizou para oferecer (ou não) oportunidades para que as características adscritas do indivíduo (gênero e raça, mas principalmente, classe social) não sejam os elementos determinantes do seu destino social.

PALAVRAS-CHAVE:

Ensino Superior. Diferenciação Institucional.
Desigualdades. Clivagens Sociais. Origem Social.

**Trabalho submetido em
11/01/2023 e aprovado em
17/03/2023.**

DOI:

[https://doi.org/10.33148/CES\(2169\)](https://doi.org/10.33148/CES(2169))

INSTITUTIONAL DIFFERENTIATION IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION AND DIMENSIONS OF INEQUALITY

ABSTRACT

This article proposes to analyze two empirical cases to highlight the different meanings and possible impacts of the current institutional model in the Brazilian Higher Education System (SES in the acronym in Portuguese). It focuses on the permanence of social cleavages within the Higher Education System, through institutional diversification. The construction of academic and social hierarchies within the diversified expansion process of the Brazilian SES is verified. For such, the impacts of the profiles or institutional types (qualitative differentiation of institutions) and course profiles (those that give access to the so-called imperial professions) on the trajectories of students and graduates and the maintenance of inequalities are analyzed. The transition of Higher Education graduates to the job market is studied, considering the moderating or accentuating effects of the institutional model on the advantages of social origin, and the evidence found in engineering courses on the strategies of closing the imperial professions. It seeks to understand how much the expansion of Brazilian higher education has widened its entry doors and how much it has been organized to offer (or not) opportunities so that the ascribed characteristics of the individual (gender and race, but mainly, social class) are not the determining elements of their social destiny.

KEYWORDS: Higher Education. Institutional Differentiation. Inequalities. Social Cleavages. Social Origin.

DIFERENCIACIÓN INSTITUCIONAL EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR BRASILEÑA Y DIMENSIONES DE LA DESIGUALDAD

RESUMEN

Este artículo se propone analizar dos casos empíricos para evidenciar los diferentes sentidos y posibles impactos del modelo institucional vigente en el sistema de enseñanza superior (SES) brasileño. Se centra en la permanencia de las brechas sociales dentro del Sistema de Enseñanza Superior, a través de la diversificación institucional. Se verifica la construcción de jerarquías académicas y sociales dentro del proceso de expansión diversificada del SES brasileño. Para ello, se analizan impactos de los perfiles o tipos institucionales (diferenciación cualitativa de las instituciones) y perfiles de los cursos (aquellos que dan acceso a las profesiones llamadas imperiales) en las trayectorias de los estudiantes y egresados en Enseñanza Superior para el mercado de trabajo, considerando los efectos moderadores o acentuadores del modelo institucional sobre las ventajas del origen social, y los indicios encontrados en los cursos de ingeniería sobre las estrategias de cierre de las profesiones imperiales. Se busca entender cuánto la expansión de la enseñanza superior brasileña amplió sus puertas de entrada y cuánto se organizó para ofrecer (o no) oportunidades para que las características atribuidas al individuo (género y raza, pero principalmente, clase social) no sean los elementos determinantes de su destino social.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza Superior. Diferenciación Institucional. Desigualdades. Brechas Sociales. Origen Social.

Para citar este artigo: OLIVEIRA, M. L. B. DIFERENCIAÇÃO INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E DIMENSÕES DA DESIGUALDADE. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 37, n. 2, jul./dez., 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/CES\(2169\)](https://doi.org/10.33148/CES(2169))
Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), sendo permitido que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que seja dado ao autor o devido crédito pela criação original e reconhecida a publicação nesta revista.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Superior brasileiro atingiu 8,6 milhões de matrículas em 2020, avançando na direção de um sistema massificado. Como alhures, a expansão veio acompanhada de diferenciação institucional e diversificação social dos estudantes. Também em nosso país a expansão se fez acompanhar de questões sobre suas possibilidades de abrir e democratizar o Sistema de Ensino Superior (SES). Mais que uma pergunta retórica, esta diz respeito às condições desse sistema reforçar a igualdade de oportunidades sociais. Sobre sua capacidade de oferecer a todos os estudantes, independentemente de sua origem social, raça ou gênero, oportunidades sociais similares.

O contexto histórico e as políticas para o Ensino Superior no Brasil favoreceram o desenvolvimento de um imenso setor privado ao lado de um setor público mais restrito, comparado, por exemplo, aos vizinhos Argentina e Uruguai. Além dos setores público e privado, outras distinções marcam nosso sistema: existem duas modalidades de oferta do ensino (presencial e a distância), tipos de certificados aos concluintes (bacharelado, licenciatura, tecnológico), uma multiplicidade de áreas de conhecimento/cursos, presença regional diversificada, grades curriculares e ofertas disciplinares variáveis ao longo dos semestres e dos horários cotidianos. Todas essas dimensões podem ser analisadas como componentes de uma tipologia que permita organizá-las como um modelo institucional. A hipótese geral que orienta este trabalho é que os modelos institucionais combinam políticas públicas, marcos regulatórios e ações institucionais para organizar os processos de expansão e diferenciação do ensino superior. Dessa forma, se insere o Sistema de Ensino Superior no cerne das disputas sociais em torno dos sentidos desta educação, abrindo espaço para analisar possíveis relações entre tipos institucionais e a democratização do Ensino Superior (ES).

Este artigo se propõe a analisar dois casos empíricos que foram parte da expansão e diferenciação do SES brasileiro visando evidenciar os diferentes sentidos e possíveis impactos do modelo institucional vigente neste sistema. Estes casos fazem parte do conjunto de estudos desenvolvidos no Laboratório de Pesquisas em Ensino Superior (LAPES)¹, representados com muita qualidade nas teses de André Vieira (2021) e Leonardo Rodrigues (2022). Na linha do artigo de Tomás e Silveira (2021), focaliza-se a permanência das clivagens sociais *dentro* do sistema de ensino superior, através da diversificação institucional. Neste sentido, o presente estudo verifica a construção de hierarquias acadêmicas e sociais (DUBET, 2015) dentro do processo de expansão diversificada do SES brasileiro. Para isso, propõe-se a análise dos perfis ou tipos institucionais (no caso, a diferenciação qualitativa das instituições) e dos perfis dos cursos

¹ Disponível em: <https://www.lapesbr.org/>

(no caso, os que dão acesso às profissões ditas imperiais) nas trajetórias dos estudantes e egressos e na manutenção efetiva das desigualdades. No primeiro caso, estuda-se a transição dos egressos do ensino superior para o mercado de trabalho, considerando os efeitos moderadores ou acentuadores do modelo institucional sobre as vantagens da origem social. No segundo, são analisados os indícios encontrados nos cursos de engenharia sobre as estratégias de fechamento das profissões imperiais. Em conjunto, estes estudos permitem entender o quanto a expansão do ensino superior brasileiro alargou suas portas de entrada e o quanto se organizou para oferecer (ou não) oportunidades para que as características adscritas do indivíduo (gênero e raça, mas principalmente, origem social) não sejam os elementos determinantes do seu destino social.

Pretende-se analisar se a expansão do Sistema de Ensino Superior brasileiro levou à sua democratização, com inclusão de outros grupos sociais na elite através das formas de seleção baseadas no mérito relativizado (GOASTELLE, 2010), ou se significou apenas a introdução de novos mecanismos de dominação mais sofisticados, que aproveitam da legitimidade da educação para garantir a reprodução dos grupos dominantes através da diversidade institucional (IANELLI et al, 2018; GERBER; CHEUNG, 2008). Em outras palavras, compreender como um sistema de ensino superior se mantém elitista mesmo quando aumenta as oportunidades oferecidas aos estudantes.

Além desta introdução, o artigo tem duas partes e uma conclusão. Na primeira parte, é apresentada a expansão desigual do ensino superior no país e são indicadas as abordagens teóricas. Na segunda parte, discute-se a transição para o mercado de trabalho e as profissões imperiais. Ao final, apresentam-se possíveis elementos para expansão da análise sobre o papel do sistema de ensino superior na redução ou reprodução das desigualdades brasileiras.

2 EXPANSÃO DESIGUAL DO SES BRASILEIRO: UM SISTEMA DEMOCRÁTICO

Nos últimos cinquenta anos, a matrícula no nosso Sistema de Ensino Superior cresceu consideravelmente: em 1900, havia apenas 10.000 estudantes. Em 1945, eles eram aproximadamente 45.000, tendo passado para 95.000, em 1964, e para 8 milhões em 2015. Segundo Neves (2015), tal expansão teria ocorrido em duas ondas: a primeira, relacionada à reforma universitária feita em 1968 pelos governos militares. Em poucos anos, as matrículas passaram de 425,478 (49% no setor público), em 1970, para mais de um milhão (62% no setor privado) em 1975. A segunda onda teria ocorrido na virada do século XXI, quando o número de estudantes passou de 1,7 milhões, em 1995, para 8,6 milhões em 2020. O estudo de Santos, Lima e Carvalhaes (2020) indica a mudança normativa ocorrida nos anos 1990, à qual se segue a forte expansão de matrículas no início do novo século. Como em outros países, esta expansão foi

acompanhada de alguma diversificação, ainda um tanto limitada. Permanece o domínio dos bacharelados como tipo de diploma preferido e a força do setor privado. Os cursos tecnológicos e as licenciaturas inovam neste quadro, ao qual se deve agregar a expansão do ensino à distância, responsável por 32,6% da expansão observada.

A adoção de políticas públicas e ações institucionais que favoreçam o acesso ao ensino superior é uma característica comum aos processos de expansão da matrícula nos mais diversos países e encontra eco no Brasil. Assim, o número “de estudantes matriculados em instituições federais de ensino dobrou de 2003 a 2011; e, o de negros, quadruplicou entre 1997 e 2011” (Neves e Anhaia, 2014). O estudo de Mello e Senkevics (2020) mostra que ingressantes na universidade que vieram do ensino médio público passaram de 55,4% em 2012 para 63,6% em 2016. Esta proporção cresceu na maioria dos cursos, transformando significativamente os perfis sociais de estudantes nas chamadas profissões imperiais (Direito, Engenharia e Medicina). A pesquisa comparativa de Klitzke e Sato (2020) confirma o aumento dos ingressantes com renda familiar de até cinco salários-mínimos, autodeclarados pretos e pardos e provenientes de escolas públicas no curso de Medicina de duas universidades de elite: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). São resultados positivos, mas limitados e nem sempre sustentáveis (BALBACHEVSKY, SAMPAIO, ANDRADE, 2019).

Também existem as ações institucionais desenvolvidas por universidades e faculdades do setor privado, que, através de bolsas institucionais e programas ou atividades de inserção de alunos tanto em trabalhos acadêmicos quanto em postos de aprendizagem e treinamento no mercado conseguem manter seus alunos até a finalização dos cursos e até garantir alguma transição positiva para o emprego. O livro organizado por Pires, Sampaio e Sime (2020) traz um conjunto de estudos sobre as políticas públicas e ações institucionais visando maior inclusão no ensino superior, comparando dois países latino-americanos, Brasil e Peru.

2.1 INGRESSANTES E SELETIVIDADE, CONCLUINTE E QUALIDADE

Nos anos mais recentes, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tornou-se o mecanismo mais importante de seleção para o ensino superior, especialmente nas instituições públicas. Além de ser um processo seletivo, é a forma pela qual os estudantes podem obter bolsas como o Prouni, ou financiamentos, a exemplo do FIES. A expansão do ensino secundário no país (que dobrou sua cobertura nos anos 1990 chegando aos 50% da faixa etária), mesmo considerando a redução recente no número de alunos, produziu um aumento da demanda pela educação terciária (NEVES 2015). Para o caso brasileiro, o estudo de Prates e Collares (2014), entre outras discussões importantes, destaca a associação complexa, do ponto de vista social e

demográfico, entre os níveis médio e superior de ensino. Como mostrou Barbosa (2019), a diferenciação do setor institucional e das áreas de conhecimento introduz no sistema de ensino superior um grande potencial de distribuição desigual dos estudantes.

A entrada no mundo novo da universidade tem impactos importantes na vida desses jovens. Mais que efeitos econômicos, eles indicam que houve uma abertura para o mundo do conhecimento. A experiência da vida universitária pode produzir mudanças no cotidiano desses jovens, alterando muitas vezes os roteiros previstos. A ausência de conhecimentos sobre as regras do jogo burocrático (como ter acesso ao alojamento estudantil ou às bolsas para cotistas) e/ou acadêmico (como fazer trabalhos aceitáveis para os professores, como dialogar com os colegas, como se comportar nos ambientes coletivos) talvez seja um dos obstáculos mais significativos para os novos estudantes, especialmente aqueles com menor capital cultural familiar. Todos esses elementos tornam a “experiência escolar/universitária” muito mais difícil para os estudantes provenientes das classes populares do que para aqueles “experimentados” nas instituições de elite do sistema de ensino.

A finalização dos cursos e a transição para o mercado de trabalho são vistas como indicadores da eficiência e qualidade dos sistemas de ensino, lançando luzes sobre a abertura destes sistemas (PIRES, ROMÃO, 2018; BARBOSA, 2019; BORGES et al, 2022)

2.2 ESBOÇO DAS DIMENSÕES DE ANÁLISE

François Dubet (2015) chama a atenção para o fato de que, mesmo com mais vagas e com políticas para o acesso e permanência, a democratização do acesso, dependeria também da estrutura geral do sistema educativo. Eles tenderiam a desenvolver/fortalecer uma hierarquia de competências que se traduziria em hierarquias sociais. No caso do sistema brasileiro, a forte preferência pelo bacharelado, em detrimento das licenciaturas e dos cursos tecnológicos já seria uma evidência dessa hierarquia.

Como se explicaria que o sistema permaneça tão elitista em um contexto de expansão? Talvez aqui pudéssemos trabalhar com hipóteses sobre fatores institucionais que funcionariam como barreiras para estudantes de origem popular. Alguns estudos recentes indicam possibilidades explicativas.

A primeira delas, desenvolvida a partir dos estudos de Shavit et al (2007), seria a de que a segmentação do sistema entre público e privado, a diversificação dos tipos de diplomas e áreas de conhecimento, ou ainda as modalidades de ensino, permitem um tipo de expansão que pode “divergir” os alunos não provenientes da elite para os setores menos privilegiados do sistema e com retornos menores. Por exemplo, fazendo com que esses alunos acabem “escolhendo”

(BANGNALL, 2015) áreas e instituições menos prestigiadas e que dão origem a retornos sociais e econômicos bem menores.

Outra hipótese, que seria mais um reforço à primeira, diz respeito à presença extremamente forte do chamado viés acadêmico que desenha um modelo único para qualquer instituição de nível superior e que se soma à preferência pelo bacharelado. Este modelo torna menos legítimos alguns caminhos no sistema escolar tendo o efeito de reduzir o quadro de escolhas. Obviamente, a seletividade das diferentes instituições e cursos funcionaria também como fator de redução de escolhas. O mesmo pode ser dito dos horários ou turnos do funcionamento dos cursos. A implantação de cursos noturnos nas universidades públicas foi um passo importante para aumentar as oportunidades para os estudantes que trabalham. O problema é que se estabeleceram cursos noturnos, em sua maioria, de licenciatura, cujo efeito de canalização dos mais pobres já foi indicado acima. Mesmo assim, é um fator institucional relevante: a existência de cursos noturnos funcionaria como um dos fatores decisivos para a participação e compleição nos cursos superiores. Principalmente para estudantes de origem mais modestas.

Apesar de alguma abertura no acesso e das muitas políticas de permanência, as características adscritas (origem social, raça e sexo) ainda são um fator muito relevante na definição da trajetória social. Haveria fortes indícios que as características desse sistema poderiam ser efetivamente lidas como barreiras institucionais e fatores de *aumento* e *não redução* das desigualdades. Estudantes menos favorecidos socialmente (pobres, negros e mulheres!) são “encaminhados” para os setores e instituições menos prestigiados do sistema de ensino. Cabe à pesquisa sociológica compreender os mecanismos e processos institucionais que favorecem esta situação.

O tema do impacto dos modelos institucionais na democratização do ensino superior justifica-se, no plano empírico, pela intensa disputa social em torno do que deva ser este nível de ensino, a quem se destina, o que deve ser ensinado, como organizar as funções de ensino, pesquisa e extensão. No plano da pesquisa científica, inúmeros avanços na descrição e análise dos processos de expansão, diferenciação e diversificação do Sistema de Ensino Superior abriram espaço para o questionamento conceitual e metodológico sobre as possíveis conexões causais entre as formas de funcionamento do modelo institucional e os tipos de resultados obtidos nas dimensões econômica, social e civilizacional. Trata-se de buscar as relações entre um determinado modelo institucional, característico do SES brasileiro, e sua capacidade de atender, com eficiência e equidade, as demandas mais ou menos explicitadas legal e politicamente, em relação a este sistema. Ou, verificar as possibilidades de democratização associadas ao SES

brasileiro, analisando as constelações de valores e as configurações de forças sociais que definem um modelo institucional e as formas do seu funcionamento efetivo.

O ensino superior é objeto recente da sociologia (GUMPORT, 2007; GRIPP, BARBOSA 2014; CÔTÉ, FURLONG , 2016) e o aumento da sua importância pode ser claramente associado à sua trajetória. A partir da segunda guerra mundial, houve uma expansão significativa dos sistemas de ensino superior em todo o mundo (SCHOFER, MEYER, 2005), transformando a universidade de uma instituição de elite numa instituição de massa e, em alguns casos, até mesmo universal (TROW, 1973). Como a instalação de novos princípios de organização social se mostrou mais complexa, a educação escolar torna-se objeto de pesquisa social e de atenção pública. Quanto mais abrangente se torna o público atingido por um determinado segmento do sistema escolar tanto mais intensas as luzes do debate sobre o sentido e os modos de funcionamento da escolarização naquele espaço social. Numa expansão espetacular, a educação terciária em cada país surge como um dos pilares da democratização e da modernidade. No entanto, a massificação e, em alguns casos, a universalização do ensino superior, ao contrário das expectativas, tanto de analistas quanto de políticos, foi acompanhada por um aumento importante na desigualdade social.

A pesquisa sobre o ensino superior começa pelo sistema norte-americano, utilizando as abordagens funcionalista, do conflito e das políticas públicas, que continuam permitindo a análise mais internacional. Como abordagens típico-ideais, cada uma delas fornece elementos que permitem ao pesquisador apropriar-se e trabalhar criticamente os conceitos e métodos adequados para seu problema específico. Assim, abordagens funcionalistas tratam do status dos atores envolvidos e suas competências, separando as funções expressiva e instrumental do ES. Conjugam-se às perspectivas do conflito, delimitando as funções manifestas do SES (sua utilidade prática) como contraponto de suas funções latentes (garantir o interesse de certos grupos). Analisam também os diferentes atores/protagonistas/stakeholders e suas disputas na organização do SES, identificando os seus interesses competitivos e as formas de governança, gestão e financiamento do sistema, bem como seus resultados nos retornos para os egressos no mercado. Estudam também as formas pelas quais o SES busca se orientar pelos princípios de equidade aumentando a diversidade de alunos, docentes e staff. Abordagens sobre as políticas sociais são mais atentas ao debate de equidade e qualidade. Monitoram permanentemente os indicadores empíricos de acesso e desempenho, formas pelas quais as instituições reduzem as desigualdades e aumentam a diversidade, reduzindo as taxas de reprodução social (CÔTE, FURLONG, 2016).

A partir desse conjunto de abordagens, o eixo das pesquisas recentes no país são as

possibilidades e os limites, a natureza e o sentido da ação institucional no sistema de ensino superior. Filiada inicialmente às abordagens do conflito, essa perspectiva enfatiza a questão da agência em nível local, institucional e societário, sem perder de vista a noção weberiana fundamental de que os sentidos das ações são orientados pela constelação de valores dominantes em cada espaço social. Agentes individuais ou coletivos orientam suas ações de acordo com as noções partilhadas do senso comum, da comunidade específica da qual ele(s) faz(em) parte. Nesse ponto, os conceitos de estrutura (BOURDIEU) ou sistema (CROZIER) se abrem para o “retorno do ator” (TOURAINÉ) e para a abordagem da escolha racional (BOUDON), que não prescindem das dimensões valorativas ou simbólico-culturais. Os valores oferecem racionalizações (Giddens) que permitem compreender a natureza das estratégias de fechamento social (Parkin) que podem resultar em proteção para uns e perdas para outros. Tais valores também explicam limitações nos padrões de escolha disponíveis (IANNELLI et al.)².

Com esses instrumentos teóricos, focaliza-se a formação de um modelo institucional para o sistema de ensino superior, a definição do que seria propriamente ensino superior, a caracterização das funções que lhe são atribuídas, o sentido das funções, a especificação dos atores e sua participação no funcionamento, as disputas em torno da governança, da produção de uma lógica institucional, e os valores sociais relativos aos padrões de qualidade e equidade demandados deste sistema. Este conjunto de questões articula a contribuição da sociologia das organizações, em particular no seu formato mais recente (POWELL, DIMAGGIO, HUISMAN, BUCKNER, ZAP)), com uma sociologia dos valores sociais ou do mundo simbólico, conjugando Norbert Elias e Raymond Boudon. Abordagens razoavelmente divergentes que podem ser articuladas em torno de dois pontos essenciais: as possibilidades da agência individual e institucional, e a objetividade dos valores que se materializam em processos de socialização e em decisões e escolhas sociais e políticas.

A abertura do Ensino Superior brasileiro a novos públicos, aos estudantes que vieram de famílias sem outras experiências universitárias aparece como contraponto ao modelo historicamente elitista. Sempre houve bastante debate sobre a ideia de que permitir a entrada de mulheres, de pobres e de pretos poderia diminuir a excelência da universidade. Afinal, a universidade seria uma instituição destinada a preparar a elite, competente e, em muitos casos, até legitimamente, pronta para dirigir a sociedade. Ou ainda, num tom mais econômico e liberal, a universidade deveria qualificar da melhor forma possível os profissionais que fariam os trabalhos mais prestigiados e, talvez, mais exigentes intelectualmente, demandando maiores habilidades cognitivas e melhor treinamento técnico.

² Op. cit

As condições legais, econômicas e sociais, assim como o contexto político, obviamente têm impactos sobre o modo como a universidade e o ensino superior em geral funcionam. Entretanto, são muitas evidências indicando que instituições de ensino superior são espaços de escolha para seus diferentes atores e grupos, permitindo ações que podem mudar (ou não) as configurações de forças sociais e o sentido da experiência universitária. Cabem escolhas variadas e profundamente significativas, que certamente desenham resultados diferentes e expressam lógicas institucionais distintas. É possível escolher qual função universitária privilegiar (Ensino? Pesquisa? Extensão?) ou que tipo de curso oferecer e como selecionar os estudantes. Também pode-se definir os turnos preferenciais dos cursos, ponto essencial para quem trabalha enquanto estuda. Num plano mais amplo, sistêmico, há decisões possíveis sobre padrões de financiamento do ensino e da pesquisa ou ainda de distribuição de bolsas e empréstimos. Definindo a lógica institucional como o conjunto de normas específicas para cada setor ou área de conhecimento, Buckner e Zap (2020) utilizam o conceito de “marca institucional” (*institutional imprint*) para mostrar este impacto tanto na estrutura organizacional quanto acadêmica. A operacionalização que os autores fazem deste conceito abre espaços analíticos importantes para compreender o funcionamento do SES brasileiro.

A caracterização da lógica institucional dominante no SES brasileiro permite analisar as possibilidades de abertura desse sistema, de sua democratização. Ao mesmo tempo, permite entender quais são as demandas sociais à universidade expressadas nos padrões institucionais estabelecidos. Em um trabalho de construção teórica, explorar os laços entre tais demandas e os grupos sociais que podem a elas ser associados, ou seja, explorar a construção de conexões causais entre as práticas dos atores/agentes institucionais, o funcionamento do sistema de ensino superior, e os valores dos grupos sociais dominantes no país.

3 DIVERSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO

Assim como em diversos países, o ensino superior brasileiro é uma conexão central entre dimensões sociais (família e mercado de trabalho, principalmente), sendo tanto um dos alicerces das hierarquias quanto um espaço de preparação profissional e socialização adulta (ARUM, ROKSA 2014). Pessoas que terminam o terceiro grau no Brasil têm maiores rendimentos, em média, e são mais protegidas contra as possibilidades de desemprego (HASENBALG, VALLE-SILVA, 2004). Essas desigualdades no mercado de trabalho ecoam um sistema de Ensino Superior que ainda é extremamente perverso com estudantes de origem social mais modesta: “Apesar da forte expansão das vagas nos diferentes segmentos e cursos da educação superior nas últimas décadas, há um conjunto farto de evidências de que o acesso a elas continua fortemente

permeável à origem social dos candidatos” (VIEIRA, 2021, p.20). Essa desigualdade entre estudantes e egressos, obviamente, altera suas chances de mobilidade social e ascensão profissional. Se não existem muitas dúvidas sobre o impacto da passagem pelo Ensino Superior sobre rendimentos econômicos e sociais dos egressos, a expansão marcada deste tradicional instrumento de reprodução das elites transformou os mecanismos de exclusão e as estratégias de fechamento. Assim, as diferenças entre modelos institucionais poderiam explicar uma parte importante das desigualdades entre os graduados do Ensino Superior. Como mencionado acima, diversificação significa uma diferenciação à qual se somam elementos de desigualdade. Isto quer dizer que um modelo institucional diversificado terá cursos e instituições desiguais. Considerando-se este conceito de diversificação (SAMPAIO, 2014), pode-se supor que algumas instituições serão mais apreciadas que outras (as públicas, por exemplo), que universidades sejam mais prestigiadas que faculdades isoladas, ou ainda, que egressos de alguns tipos institucionais sejam mais valorizados que os provenientes de outros tipos. Para investigar esta última hipótese utiliza-se o trabalho de Vieira (2021).

Neste estudo, que conecta de forma inédita (pela dificuldade de acesso a dados identificados) os resultados individuais no Enade com aqueles obtidos no mercado de trabalho, encontra-se mais material que permite entender de que forma os modelos institucionais abrem espaços maiores ou menores para a reprodução da elite educada.

Os resultados apontaram para padrões variados de desigualdade de acordo com a área de estudo e o setor da instituição. Encontramos que os graduados com pais com ensino superior, em todas as áreas de estudo, são aqueles menos propensos a estarem empregados formalmente, mas são os que obtêm os maiores salários quando empregados. No entanto, vimos que o setor da instituição também afeta as chances de emprego e a remuneração, com os egressos de instituições privadas tendo as maiores probabilidades de alcançar o emprego formal, mas recebendo os menores salários entre aqueles empregados. Por último, os resultados mostraram que a relação entre a origem social dos graduados e os resultados no emprego formal, sobretudo a probabilidade de estar empregado, apresenta variações importantes entre as áreas de estudo. Como esperado, vimos que as diferenças por condição socioeconômica na entrada no emprego formal são maiores nas áreas menos específicas em termos ocupacionais e naquelas carreiras que exigem formações ou certificações adicionais. Diferentemente do que esperávamos com a nossa segunda hipótese, as disparidades sociais nos salários assumem magnitudes equivalentes entre as áreas de estudo, sem que sigam um padrão distinguível por grau de especificidade ocupacional.(VIEIRA 2021, p.7).

Talvez as diferenças entre os setores público e privado sejam o ponto chave para a discussão deste texto. O estudo de Vieira mostra como os egressos do setor público têm retornos significativamente maiores quando estão empregados. Além disso, indica que esses formandos têm condições sociais para fazer a transição ao mercado de trabalho de forma mais tranquila, aguardando melhores oportunidades e conseguindo chegar a empregos com melhor remuneração. Ou ainda estendendo a formação e se oferecendo a possibilidade de fazer algum

tipo de especialização ou pós-graduação. Já os egressos do setor privado, pelas pressões da "vida real", que incluem o pagamento do financiamento estudantil, veem-se obrigados a buscar emprego o mais rapidamente possível. É importante perceber que essa diferença entre os setores é reforçada pela desigualdade de origem social, sendo mais acentuada para o caso de egressos cujos pais tiveram acesso ao Ensino Superior. Novamente, os filhos de pais mais escolarizados estão relativamente protegidos "pela longa sombra da origem social" (ZHOU 2019) mesmo num ponto do sistema de ensino que parece mais aberto. Eis aí porque é tão importante entender o processo de diversificação como parte das disputas sobre a forma da desigualdade social. Considerando a hipótese aventada por Vieira (2021) sobre o impacto equalizador da expansão do ensino médio brasileiro nos anos 1990, a criação de um contingente mais significativo de jovens habilitados a cursar a educação superior foi um fator de desequilíbrio e mudança nas regras do jogo. O Sistema de Ensino Superior se expandiu nos anos 1970, com a Reforma Passarinho, a partir da pressão dos chamados "Excedentes", aqueles aprovados no vestibular que não conseguiam matrículas. Novamente, a existência de um público mais amplo de jovens prontos para buscar este nível de ensino movimentou as formas pelas quais se distribuíram as posições na hierarquia ocupacional e social.

Esse movimento pode ser compreendido de várias formas, desde as escolhas de carreiras até as hierarquias acadêmicas. É essencial analisar, porém, a lógica que preside o funcionamento dos diferentes modelos institucionais de Ensino Superior e organiza a distribuição de chances de acesso e finalização dos cursos para estudantes de origens sociais distintas (BARBOSA, 2016; NOGUEIRA, 2018; DUBET, 2015). Esta lógica institucional permite expandir a matrícula por meio de portas de entrada diferenciadas, como acontece com as licenciaturas noturnas em universidades públicas de elite ou o conjunto de cursos mais vocacionais e menos acadêmicos oferecidos em instituições privadas. Também é, pelo menos em parte, o que orienta a criação de novas especialidades como cursos distintos no caso das engenharias, analisado abaixo.

O segundo caso empírico foi analisado na tese de Leonardo Rodrigues (2022) e foca o problema gerado entre as elites do espaço profissional brasileiro, cuja principal estratégia de fechamento são as barreiras de acesso ao Sistema de Ensino Superior. Como as chamadas Profissões Imperiais (COELHO 1999), Medicina, Direito e Engenharia, que usaram sua proximidade com o Imperador esclarecido para dar o selo (e a legitimidade) estatal aos seus próprios diplomas, conseguem manter sua posição privilegiada num quadro em que o Ensino Superior permite 'até mesmo a entrada de pessoas cujas famílias não conhecemos'? Num país com fortes marcas do patrimonialismo, esta questão repõe em novos termos o enfrentamento

das velhas elites com armas dos conhecimentos modernos, analisado por Schwartzman (1987). Ao mesmo tempo, joga luzes sobre os processos de formação diferenciada e dominação legítima também diferenciada que são constitutivos do Ensino Superior.

A análise inicial mostra que o fechamento, mesmo entre profissões mais elitistas, foi reduzido no quadro de expansão das matrículas. Ainda assim, o perfil dominante do concluinte do Ensino Superior continua sendo um homem branco cujos pais têm ensino superior. A tese evidencia que apesar da redução da intensidade deste domínio, o fechamento social passa a ser associado às diferenciações internas dos cursos imperiais e, especialmente, das engenharias.

Entre as imperiais, a medicina é a área mais desigual em relação à escolaridade dos pais e à cor/raça; engenharia é o curso mais segregado por gênero; direito ocupa uma posição intermediária em todas essas três variáveis. Os resultados indicaram que as recentes transformações no ensino superior impactaram de forma distintas esses cursos: a engenharia foi a área que mais se expandiu em números absolutos e relativos de concluintes. Por isso, se o número de concluintes é um indicativo do fechamento profissional, a engenharia tornou-se a carreira imperial mais aberta. Esses resultados me levaram a olhar para as diferenciações internas das engenharias como parte da resposta sobre qual seria a relação entre estratificação horizontal e fechamento social em um período de expansão (RODRIGUES, 2022, p.96)

Tem-se aqui um ponto essencial: as estratégias de fechamento tornam-se ligeiramente menos eficazes. É notável como os médicos são o grupo ocupacional que tem o maior nível de retorno econômico em nosso país desde os anos 1960, tanto para homens quanto para mulheres, tendo mesmo aumentado, em 2010, a distância para os outros grupos (RIBEIRO, SCHLEGEL, 2015). Como seria esperado, as duas outras profissões imperiais mantêm-se à frente das demais nos rendimentos econômicos, um pouco abaixo da medicina. Segundo o critério de fechamento indicado por Rodrigues, os cursos de Medicina conseguiram manter intacta sua representação no conjunto dos formandos nos dois períodos analisados (1,4%) e sua taxa de crescimento foi exatamente a mesma do total de formandos (18%). Para o mesmo período, os cursos de direito aumentaram em 20% sua participação entre formandos e as engenharias cresceram 158%, mais que dobrando sua presença neste grupo ao passar de 4,4% em 2011 para 9,7% em 2017. Se a medicina garantiu sua posição de curso mais disputado e mais restrito na entrada em função do número muito pequeno de vagas oferecidas e o direito acompanha de perto esta tendência, as engenharias demonstraram grande capacidade para absorver novos estudantes, ainda que mantendo importante discriminação de gênero.

Esse tipo de análise, baseada em estudos clássicos da estratificação social, inova na sociologia das profissões ao trazer os métodos quantitativos para tornar evidentes os movimentos de grupos sociais que disputam espaços legítimos de controle sobre as regras do jogo no campo da educação. Não é fácil ser elite legitimamente e esta tese mostra que os indicadores de desigualdade social no Ensino Superior precisam ser construídos e reconstruídos levando em

conta as especificidades de cada área de conhecimento. Isto é, indicadores sociais necessariamente devem considerar a existência e os impactos da divisão técnica do trabalho (GRUSKY, WEEDEN, 2001). Sem se subordinar ao tecnicismo ou outras formas de determinismo que cegam analistas às sutilezas dos jogos sociais para a formação e manutenção de hierarquias. Como mostram os estudos de Andrew Abbott (1988 e 2001) a divisão técnica do trabalho é objeto de intensas disputas jurisdicionais em que os vencedores, sempre parciais e temporários, instrumentalizam formas específicas de conhecimento e graus distintos de abstração para monopolizar alguma área específica de trabalho profissional. Nesse quadro, o livro de Paul Starr (1982) sobre a história da medicina americana é exemplar, além de ser ótima literatura. O processo secular de implantação da autoridade cultural dos médicos ilustra bem como o poder profissional é uma forma legítima de usurpação da autoridade tradicional e/ou religiosa dos curandeiros pelos médicos, cujo saber científico passa a orientar as decisões relevantes na sociedade. Inclusive políticas, como ficou claro nos tempos recentes da pandemia de SARS-CoV-3. Do mesmo modo, o exemplo da Finlândia, onde médicos e professores têm salários similares, indica que este poder profissional também é contingente às circunstâncias históricas e sociais.

4 UMA DESIGUALDADE MODERNA OU O VELHO PATRIMONIALISMO

Os estudos de estratificação horizontal evidenciam os impactos da divisão técnica do trabalho na organização das relações de hierarquização social a partir do Ensino Superior. Como indicado anteriormente por Vieira (2021:123), a compreensão mais fina dos processos e sentidos da diversificação do Sistema de Ensino Superior sustenta-se numa sociologia das profissões que conecta a fundação das identidades ocupacionais ao domínio de áreas de conhecimento bem delimitadas. O uso desse tipo de abordagem permitiu a Rodrigues (2022) entender os mecanismos de diferenciação existentes na segunda dimensão de estratificação horizontal das engenharias que são as especialidades. Tais especialidades, transformadas em cursos e certificados distintos, ao contrário do que fizeram a medicina e o direito, permitiram a incorporação de novos grupos de estudantes associada a manutenção de espaços privilegiados e socialmente fechados ou restritivos. Hierarquizando as especialidades através da estrutura fractal de Abbott (2001) e do período da sua criação, foi possível identificar dois grupos: especialidades centrais (mais fechadas e mais ligadas às tarefas tradicionais da engenharia) e especialidades periféricas (mais permeáveis aos novos grupos de estudantes e às disputas jurisdicionais).

Importante notar que as especialidades periféricas se valem totalmente da estrutura institucional do Ensino Superior: começam como cursos de pós-graduação, vistos como processos iniciais de construção de um aparato cognitivo próprio e captura de novas jurisdições em áreas como saúde, gestão e meio-ambiente.

Os perfis sociais dos concluintes em cada especialidade evidenciam como considerar as disputas profissionais no interior da estratificação horizontal permite capturar os mecanismos que reforçam as desigualdades mesmo no contexto de expansão. Assim, as engenharias tradicionais, e com jurisdição ocupacional bem definida e reconhecida, permanecem bem fechadas, com predomínio de brancos, homens e pessoas de famílias escolarizadas. Aquelas engenharias ditas periféricas no modelo Abbott, com jurisdição mais recente, mostram-se permeáveis, criando espaços para os novos alunos e, principalmente, para as mulheres. Nesse quadro, chama à atenção a engenharia civil, posição fundante do grupo profissional. Essa foi a especialidade que mais se expandiu, tendo mesmo invertido a relação de desigualdade de origem social: no segundo período (2017), a maior proporção de formados tinha pais menos escolarizados. No entanto, como que para garantir que as engenharias não perdem sua majestade (VARGAS 2010), houve uma tendência de queda na remuneração desta especialidade (MACIENTE et al 2015).

Ao tomar em separado as desigualdades raciais, verifica-se que provavelmente as políticas de inclusão no Ensino Superior foram bastante eficientes, tendo reduzido o predomínio de brancos nas engenharias. Há, entretanto, diferenças entre as especialidades periféricas, com acentuado crescimento de negros no contingente de formandos, e as especialidades centrais, em que a diminuição do domínio branco foi mais restrita. Vale indicar que a redução da desigualdade racial foi medida, para este estudo, na conclusão da graduação e que há bibliografia indicando que os estudantes negros enfrentam as maiores dificuldades ao longo da educação básica, atenuando os impactos da raça no Ensino Superior. Ainda assim, a maior presença de concluintes negros pode ser tomada como um indicador de eficiência das políticas inclusivas e – muito importante – das diferentes políticas públicas e ações institucionais de apoio financeiro e pedagógico (BORGES 2022a; NOGUEIRA, 2018). Outro ponto de destaque é que esta expansão das engenharias periféricas e da civil foi feita principalmente nas instituições do setor privado (CARVALHAES ET AL 2022).

As desigualdades de gênero nas engenharias associam-se tão claramente à categorização de especialidades proposta por Rodrigues que reforçam o modelo analítico de hierarquização das especialidades num sistema profissional. Mais que isso: o tamanho dessas desigualdades é muito similar nos dois períodos analisados, mostrando que a entrada de mais mulheres nas engenharias não contribuiu para a alteração das hierarquias profissionais. Por outro lado, a constatação de que

as mesmas engenharias periféricas são permeáveis à entrada de negros e de mulheres reforça o modelo analítico proposto e, também, o conceito de fechamento, conforme Alon (2009), como estratégia de grupos de elite, *mensurável a partir de seus efeitos de distribuição social dos formandos*.

Essa mensuração se confirma no fato de que mulheres ou negros provenientes de famílias mais escolarizadas têm acesso às engenharias centrais. Estas indicações do trabalho de Rodrigues (2022), além daquelas presentes no estudo de Vieira (2021), adicionam abordagens à pesquisa sobre as elites que vão além das metodologias qualitativas tradicionalmente concebidas para esse tema. Verifica-se um cuidadoso tratamento das formas de controle sobre o conhecimento específico da área pela criação de novos cursos – inicialmente especializações pós-graduadas – que são mais permeáveis socialmente e mais abertos a disputas jurisdicionais no plano das disciplinas. São novos cursos, ligados à saúde, ao meio ambiente e à gestão, onde outros grupos profissionais têm uma entrada bastante significativa. Além das engenharias, o modelo explicativo funciona bem para as demais áreas de formação profissional (BARBOSA, 1998) que mantêm acesso controlado em cursos centrais (medicina ou economia, por exemplo) e abrem espaços em áreas periféricas (enfermagem, fisioterapia, ou ciências contábeis).

Certamente, esta abordagem não explica o processo pelo qual esse tipo de diversificação se instala no Sistema de Ensino Superior. Ainda assim, permite evidenciar a disputa em torno do conhecimento certificado como base de hierarquização legítima das posições sociais (SCHWARTZMAN, 1987; BARBOSA, 1998) em oposição aos mecanismos tradicionais ou patrimonialistas, marca ainda forte na sociedade brasileira. É interessante também notar que as engenharias pareciam mais abertas, mesmo as centrais no período da sua instalação. A Escola de Minas de Ouro Preto, no final do século XIX, recebeu alunos vindos de outros estados brasileiros, especialmente os do sul do país, filhos de imigrantes. Américo Giannetti e Amaro Lanari são só dois exemplos. O tipo de funcionamento da EMOP, com professores de vasta formação científica, bons laboratórios e, principalmente, rigorosos métodos de seleção de estudantes, afastou uma parte dos filhos da elite local, que preferiam os cursos de direito. Estávamos, então, com total participação de homens brancos, mas não necessariamente todos eles membros da elite. Formas novas de organizar o valor dos certificados e diplomas numa sociedade patrimonialista?

Os estudos mencionados permitem esboçar uma tipificação de formas de abertura do Ensino Superior. Com uma distinção ainda pouco refinada entre setores público e privado, marcando ainda de forma imprecisa algumas áreas de conhecimento e formação, é possível visualizar duas formas de inclusão social na imensa diversidade institucional da educação superior. Parece ser possível opor uma política bem definida e focalizada na área de educação,

com os diversos cursos de licenciatura que são oferecidos no período noturno, abrindo efetivamente para os trabalhadores a possibilidade de estudar numa universidade pública de elite, a uma ação institucional difusa nas engenharias. Ação institucional difusa porque ainda demanda um esforço suplementar de pesquisa sobre os mecanismos institucionais pelos quais as engenharias se diversificaram em novos cursos e permitiram uma expansão significativa da entrada de mulheres e negros em algumas de suas áreas. Nos dois casos, estamos diante de movimentações institucionais que aumentam a igualdade de oportunidades educacionais. Os vislumbres que já podemos ter sobre resultados no mercado de trabalho parecem indicar pouca efetividade nos retornos econômicos, mas ganhos notáveis na mobilidade social. Seriam os ‘novos estudantes’, que completam o Ensino Superior e, mesmo com uma inserção menos rentável numa profissão mal remunerada, diferenciam-se de seus pais com trabalhos manuais ou mesmo empregos domésticos.

Seria importante distinguir pois os dois tipos de abertura podem ter significados sociais bem distintos. Há uma longa tradição de colocar a formação de professores nos recantos menos privilegiados do sistema de ensino superior (SCHWARTZMAN, 2003). Seria preciso um grande investimento de pesquisa sobre a área de educação e de formação de professores. A trajetória social da profissão docente, sua avaliação como alternativa possível à formação realmente desejada (HONORATO, HERINGER, 2015) e o difícil debate sobre as finalidades e qualidade dos cursos fazem pensar que fazer inclusão no Ensino Superior mediante a formação de professores representa uma proposta menos moderna de inclusão. Talvez mesmo uma forma patrimonialista e que pode se mostrar pouco eficiente.

Por outro lado, a proposta de inclusão por meio da diversificação técnica da formação oferecida, como foi o caso das engenharias, pode, talvez, ser vista como uma tentativa de modernização do Ensino Superior, reforçando os fundamentos científicos de suas distinções. Como já foi feito antes, na disputa entre os saberes tradicionais dos advogados e os conhecimentos científicos modernos dos engenheiros. Sua eficiência também demanda estudos, especialmente pelas dificuldades encontradas no tratamento da divisão técnica do trabalho e da agência dos grupos profissionais.

Este movimento de inclusão no Ensino Superior, nas duas formas, passa por uma mudança nos valores, especialmente o mérito, que deixa de ser uma medida estática de esforço para se relativizar e ser avaliado relacionalmente (GOASTELLE, 2010). Isto significa que o mérito é medido como um esforço diferenciado segundo a posição social. Essa é a lógica das cotas sociais e raciais: permitir a comparação de pessoas que têm pontos de partida distintos. Por isso mesmo, o mérito não é apenas uma ‘ideologia enganadora’, que podia ser a base de

legitimidade num sistema de ensino elitista. O mérito assume, nesta nova situação, o papel de um valor. No qual creem todos os estudantes que se candidatam ao Enem (BARBOSA, PICANÇO, PIRES, 2022), que buscam financiamentos, que investem tanto de suas vidas na tentativa de se formar. As duas formas de inclusão podem funcionar e abrir novos espaços para a formação superior: são, ambas, resultados de ações institucionais cujas potencialidades e limites apenas começamos a compreender.

Em poucas palavras, ao mesmo tempo que se identifica uma expansão que inclui novos grupos sociais em instituições e cursos tradicionalmente de elite, verifica-se também a existência de fatores institucionais e de valores pouco modernos que podem redesenhar as desigualdades sociais. Como acontece em outras áreas da vida social, ocorrem intensas disputas em torno do sentido e do significado do Ensino Superior. Se a pesquisa exhibe a força do patrimonialismo e do domínio tradicional sobre o sistema, ela também demonstra as potencialidades de democratização do Ensino Superior sob a égide de valores mais universais, científicos e modernos.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, A. **Chaos of disciplines**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- ABBOTT, Andrew. **The System of Professions An Essay on the Division of Expert Labor**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- ALON, SIGAL. **THE EVOLUTION OF CLASS INEQUALITY IN HIGHER EDUCATION: COMPETITION, EXCLUSION, AND ADAPTATION**. AMERICAN SOCIOLOGICAL REVIEW, 2009.
- ARUM, R.; ROKSA, J. **ASPIRING ADULTS ADRIFT: TENTATIVE TRANSITIONS OF COLLEGE GRADUATES**. CHICAGO: THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS, 2014
- BALBACHEVSKY, E., SAMPAIO, H., & ANDRADE, C. (2019). **EXPANDING ACCESS TO HIGHER EDUCATION AND ITS (LIMITED) CONSEQUENCES FOR SOCIAL INCLUSION: THE BRAZILIAN EXPERIENCE, IN SOCIAL INCLUSION**. SOCIAL INCLUSION, VOL 7 NO1, 7-17
- BANGNALL, N., 2015: **GLOBAL IDENTITY IN MULTICULTURAL AND INTERNATIONAL EDUCATIONAL CONTEXTS: STUDENT IDENTITY FORMATION IN INTERNATIONAL SCHOOLS**, LONDON, ROUTLEDGE.
- BARBOSA, M. L. O.:**PARA ONDE VAI A CLASSE MÉDIA: UM NOVO PROFESSIONALISMO NO BRASIL?**. TEMPO SOCIAL. , v.10, p.129-142, 1998.
- BARBOSA, MARIA LIGIA OLIVEIRA : **DEMOCRATIZAÇÃO OU MASSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL? | HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: DEMOCRATIZATION OR MASSIFICATION?**. REVISTA DE EDUCAÇÃO PUC-CAMPINAS. , v.24, p.240 - 253, 2019.
- BARBOSA, MARIA LIGIA; PICANÇO, FELÍCIA; PIRES, ANDRÉ. **EXPECTATIVAS, VALORES E O SENTIDO DO ENSINO SUPERIOR DOS ESTUDANTES DA UFRJ SOBRE O ENSINO SUPERIOR**. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: ANÁLISES SOCIOLÓGICAS. RIO DE JANEIRO: FACULDADE DE EDUCAÇÃO UFRJ, 2022
- BORGES, E. H. N., GOUVEA, A. P., & BARBOSA, M. L. DE O. (2022). **ENTRE CRISES E DILEMAS**

PERSISTENTES: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS. PLURAL, 29(01), 60-79.
[HTTPS://DOI.ORG/10.11606/ISSN.2176-8099.PCSO.2022.192974](https://doi.org/10.11606/ISSN.2176-8099.PCSO.2022.192974)

BORGES, E. H. N., 2022 **POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA: PERCEPÇÕES E AÇÕES DE AGENTES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**, TESE DE DOUTORADO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA, INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

BUCKNER, E., ZAPP, M. 2020 **INSTITUTIONAL LOGICS IN THE GLOBAL HIGHER EDUCATION LANDSCAPE: DIFFERENCES IN ORGANIZATIONAL CHARACTERISTICS BY SECTOR AND FOUNDING ERA.** MINERVA

CARVALHAES, FLÁVIO; RIBEIRO, CARLOS ANTONIO COSTA. **ESTRATIFICAÇÃO HORIZONTAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.** SÃO PAULO, TEMPO SOCIAL, v. 31, JAN./ABR. 2019. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.SCIOLO.BR/J/TS/A/XWLJY7HjWj6DZrBG85cPWGP/ABSTRACT/?LANG=PT.](https://www.scielo.br/j/ts/a/xwLJY7HjWj6DZrBG85cPWGP/abstract/?lang=pt) ACESSO EM: 02.02.2022.

CLANCY, P., & GOASTELLEC, G. (2007). **EXPLORING ACCESS AND EQUITY IN HIGHER EDUCATION: POLICY AND PERFORM** IN CLANCY, P., EGGINS, H, GOASTELLEC, G., GURI-ROSENBLIT, S., NGUYEN, P., YIZENGOAW, T : COMPARATIVE PERSPECTIVES ON ACCESS AND EQUITY, IN ALTBACH, P. & PETERSON, P. (EDS) 2007: HIGHER EDUCATION IN THE NEW CENTURY, ROTTERDAM, SENSE PUBLISHERS. P. 35-54

CLANCY, PATRICK. 2010. **MEASURING ACCESS AND EQUITY FROM A COMPARATIVE PERSPECTIVE.** IN ACCESS AND EQUITY. BRILL. [https://doi.org/10.1163/9789460911866_006.](https://doi.org/10.1163/9789460911866_006)

COELHO, E. C. **AS PROFISSÕES IMPERIAIS: MEDICINA, ENGENHARIA E ADVOCACIA NO RIO DE JANEIRO, 1822-1930.** RIO DE JANEIRO, EDITORA RECORD, 1999.

CÔTÈ, J. .; FURLONG, A. **Routledge Handbook of the Sociology of Higher Education.** Milton Park, Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2016: Routledge, 2016.

DUBET, François. **QUAL DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR?** Caderno CRH, v. 28, n. 74, p. 255–266, ago. 2015.

FUMASOLI, Tatiana; HUISMAN, Jeroen. Strategic Agency and System Diversity: Conceptualizing Institutional Positioning in Higher Education. *Minerva*, v. 51, n. 2, 31 jun. 2013.

GERBER, Theodore P.; CHEUNG, Sin Yi. **Horizontal Stratification in Postsecondary Education: Forms, Explanations, and Implications.** Annual Review of Sociology, v. 34, n. 1, p. 299–318, 1 ago. 2008.

GOASTELLEC, GAELE **MERIT AND EQUALITY: INTERNATIONAL TRENDS AND LOCAL RESPONSES,** IN EGGINS, H. (ED.) ACCESS AND EQUITY COMPARATIVE PERSPECTIVES, ROTTERDAM, SENSE PUBLISHERS, 2010.

GRIPP, G. AND BARBOSA, M. L.O. 2014. A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ENSAIO DE MAPEAMENTO DO CAMPO. IN: BARBOSA M. L. O. ED. ENSINO SUPERIOR: EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO. RIO DE JANEIRO: SETE LETRAS, p. 9-36.

GRUSKY, David; WEEDEN, Kim. Decomposition without death: a research agenda for a new class analysis. *Acta Sociologica*, v. 44, n. 3, p. 203–219, 2001.

GUMPORT, Patricia. **Sociology of Higher Education. Contributions and their contexts.** Baltimore: The John Hopkins University Press, 2007.

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle (Orgs.) 2004. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida.** Rio de Janeiro, Topbooks

HONORATO, G. HERINGER, R., 2015: **ACESSO E SUCESSO NO ENSINO SUPERIOR – UMA SOCIOLOGIA DOS ESTUDANTES**, RIO DE JANEIRO, EDITORA 7 LETRAS.

IANNELLI, Cristina; GAMORAN, Adam; PATERSON, Lindsay. **Fields of study: Horizontal or vertical differentiation within higher education sectors?** *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 57, p. 11–23, out. 2018.

KLITSKE, M. E SATO, S.R.S., 2020: **POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA EM DUAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS (UFRJ E UFSC): análise de variáveis que compõem o perfil dos classificados no curso de Medicina**, IN: BARBOSA, M. L. O. (ORG.): **A EXPANSÃO DESIGUAL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**, CURITIBA, APPRIS EDITORA, PP. 57-82

MACIENTE, A. N., NASCIMENTO, P. A. M. M., SERVO, L. M. S., ET AL. "A INSERÇÃO DE RECÉM-GRADUADOS EM ENGENHARIAS, MEDICINA E LICENCIATURAS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL.", **RADAR - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)**, V. 38, P. 16, 2015. DISPONÍVEL EM:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4236/1/Radar_n38_insercao.pdf.

MELLO, U. M. E SENKEVIKS, A., 2020: **OS CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS ANTES E DEPOIS DA LEI DE COTAS**, IN: BARBOSA, M. L. O. (ORG.): **A EXPANSÃO DESIGUAL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**, CURITIBA, APPRIS EDITORA, PP. 83-108

NEVES, C. E. B. & ANHAIA, B., 2014: **POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: POLÍTICAS DE REDISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES? REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS EM IES DO RIO GRANDE DO SUL**, IN: BARBOSA, M. LIGIA (ORG.): **ENSINO SUPERIOR: EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO**, RIO DE JANEIRO, EDITORA 7LETRAS, PP 371-402.

NEVES, C.E.B. (2015): **DEMAND AND SUPPLY FOR HIGHER EDUCATION IN BRAZIL** IN: S. SCHWARTZMAN ET AL (EDS.), **HIGHER EDUCATION IN THE BRICS COUNTRIES**, SPRINGER SCIENCE + BUSINESS MEDIA DORDRECHT (PP 73-96)

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **QUAL ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: COLOCANDO A “ESCOLHA” DOS CURSOS SUPERIORES POR PARTE DOS CANDIDATOS NO CENTRO DO DEBATE**. **EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS EM PERSPECTIVAS TRANSDISCIPLINARES**. BELO HORIZONTE: EDITORA UFMG, 2018

PIRES, A., ROMÃO, P., & VAROLLO, V. 2018. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A IMPORTÂNCIA DO EU ME VIRO. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**, 24(7) DOI: 10.1590/s1413-24782019240020

PIRES, A; SIME, L; SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil e no Peru e a políticas de inclusão nas últimas décadas = Educación superior y políticas de inclusión experiencias desde Brasil y Perú**. campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2020.

PRATES, A-A; COLLARES, A-C. **Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea. O caso Brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

RIBEIRO, C. A. C., SCHLEGEL, R., **ESTRATIFICAÇÃO HORIZONTAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (1960 A 2010)**. **TRAJETÓRIA DAS DESIGUALDADES: COMO O BRASIL MUDOU NOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS.**, SÃO PAULO, UNESP, 2015

RODRIGUES, L. **A ESTRATIFICAÇÃO HORIZONTAL NOS CURSOS IMPERIAIS: OS CONCLUINTE DE ENGENHARIA, DIREITO E MEDICINA ENTRE 2009 E 2017**. TESE DE DOUTORADO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA, INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

SAMPAIO, HELENA. **DIVERSIDADE E DIFERENCIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR NO**

BRASIL, CONCEITOS PARA DISCUSSÃO. RBCS, 2014

SANTOS, C. T., LIMA, R.G. E CARVALHAES, F., 2020: O PERFIL INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO APÓS DÉCADAS DE EXPANSÃO IN: BARBOSA, M. L. O. (ORG.): A EXPANSÃO DESIGUAL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, CURITIBA, APPRIS EDITORA, PP. 27-56

SCHWARTZMAN, S. A FORÇA DO NOVO - POR UMA SOCIOLOGIA DOS CONHECIMENTOS MODERNOS NO BRASIL, *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, V. 5, N. 2, P. 47-66, 1987. .

SCHWARTZMAN, S. **THE CHALLENGES OF EDUCATION IN BRAZIL**, CENTRE FOR BRAZILIAN STUDIES, OXFORD, 2003, AVAILABLE AT [HTTPS://IA800806.US.ARCHIVE.ORG/7/ITEMS/THECHALLENGESOFEDUCATIONINBRAZIL_718/2003_CHALLENGES_SIMON.PDF](https://ia800806.us.archive.org/7/items/TheChallengesOfEducationInBrazil_718/2003_CHALLENGES_SIMON.PDF)

SHAVIT, Y., ARUM, R., & GAMORAN, A. (EDS.). (2007). **STRATIFICATION IN HIGHER EDUCATION: A COMPARATIVE STUDY**. STANFORD, CA: STANFORD UNIVERSITY PRESS.

SCHOFER, E. AND MEYER, J. W, 2005: THE WORLDWIDE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN THE TWENTIETH CENTURY, *AMERICAN SOCIOLOGICAL REVIEW*, VOL. 70 (DECEMBER:898-920)

STARR, Paul. **The Social Transformation of American Medicine: The Rise of a Sovereign Profession and the Making of a Vast Industry**. 1. ed. New York: Basic Books, 1983.

VARGAS, Hustana. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. *Estudos de Sociologia*, v. 15, n. 28, 2010.

VIEIRA, A. P.H, 2021: **ESTRATIFICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**, 2009-2015 TESE DE DOUTORADO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA, INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ZHOU, X. **EQUALIZATION OR SELECTION? REASSESSING THE “MERITOCRATIC POWER” OF A COLLEGE DEGREE IN INTERGENERATIONAL INCOME MOBILITY**. *AMERICAN SOCIOLOGICAL REVIEW*, P. 000312241984499, 30 ABR. 2019.